

BOA VISTA - ESPAÇO URBANO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Paulo Rogério de Freitas Silva *

Quando se tenta trabalhar o aspecto urbano da Amazônia, destacando-se o surgimento, o crescimento e a organização espacial das cidades, bem como a situação sócio-econômica da população em foco, não se pode fazer generalizações para todo o espaço regional, já que ocorrem particularidades decorrentes de fatores históricos e naturais que influenciam no processo local.

Deve-se considerar influências desde a época da colonização, pois a Amazônia sofreu um processo de ocupação diferenciado, decorrente de interesses políticos, religiosos e econômicos que precisam ser considerados se se quer realizar uma periodização desse processo.

Na Amazônia, a influência do tempo varia muito de um espaço urbano para outro. Alguns espaços reproduzem a influência de vários momentos históricos, enquanto em outros se detém a influência de momentos presentes.

Segundo Corrêa (1939, 40), na Amazônia a diferenciação de tempos espaciais é muito marcante no âmbito da rede urbana. Tão marcante que se pode falar em segmentos "velhos", que possuem um tempo espacial longo, e segmentos "novos", como exemplifica-se com as cidades ribeirinhas, de um lado, e as cidades e os embriões urbanos que surgiram recentemente ao longo dos grandes eixos rodoviários que rasgaram a Amazônia.

Ainda segundo Corrêa (1939, 43), a rede urbana amazônica passou por um processo de elaboração. Mesmo considerando algumas dificuldades de operacionalizar os dados necessários ou os elementos básicos, o referido autor realizou uma periodização baseada em sete momentos históricos ocorridos na Amazônia.

O primeiro período foi a implantação do Forte do

* Professor Assistente do Departamento de Geociências da UFRR.

Presépio, na Foz do rio Amazonas, que originou a cidade de Belém. O espaço era estratégico para defender a Amazônia das invasões de franceses, ingleses, holandeses, entre outros.

Do século XVII à metade do século XVIII aconteceu a expansão dos fortes, para o interior da Amazônia. Foram criadas aldeias missionárias, embriões de futuras cidades da Amazônia. O objetivo estava relacionado à necessidade de comercialização por Portugal das "drogas do sertão" existentes na Amazônia para abastecer o mercado europeu, já que o país havia perdido o mercado produtor de especiaria do Oriente.

A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão contribuiu para o desenvolvimento da vida econômica e urbana na Amazônia da segunda metade do século XVIII ao final dos anos 70 do mesmo século. A rede urbana era considerada embrionária e passou nesse momento por um desenvolvimento maior. A influência da companhia introduziu uma diferenciação através das funções urbanas das cidades.

Do final do século XVIII à metade do século XIX, foi um período de estagnação econômica que afetou o desenvolvimento urbano na Amazônia. Pode-se citar como principais responsáveis a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e do não favorecimento dos produtos tropicais no mercado mundial.

Pode-se considerar o período da metade do século XIX ao final da Primeira Guerra Mundial, como um tempo de expansão e riqueza urbana devido à influência do ciclo da borracha que vivia momentos áureos.

No século XX, de 1920 a 1960, a Amazônia viveu um período de estagnação do crescimento dos centros urbanos, devido à crise da borracha e atualmente vive-se um momento de mudança no desenvolvimento urbano que se estende desde a década de 60.

Com relação a Roraima, a penetração do homem branco deu-se mais fortemente no início do século XVIII, através das tropas de resgate que visavam ampliar o tráfico de índios.

Roraima teve o seu processo de ocupação ordenado na segunda metade do século XVIII, com a tomada de posse de suas terras pelos portugueses. A partir daí começou a instalar-se

postos de vigilância e missões religiosas no baixo rio Branco. Nesse período, não existia nenhum tipo de acesso a essa região que não fosse pelo rio Branco, acesso esse que dificultava a chegada de qualquer colonizador com o intuito de habitar esta imensa área desocupada. Em 1775, iniciou-se a construção do Forte São Joaquim do Rio Branco pelo então Capitão Engenheiro Philipp Sturm, no ponto mais estratégico da região: confluência dos rios Uraricoera com o Tacutu. A fixação do homem branco foi deflagrada pela fundação desse forte, como também, devido à implantação das "fazendas nacionais" pertencentes à coroa portuguesa.

A ocupação de Roraima deu-se de acordo com a necessidade de resguardar e proteger o imenso território, na época ainda não integrado social e economicamente ao resto do país.

Em 1830, Inácio Lopes de Magalhães implanta a primeira fazenda particular de gado na região. A fazenda, denominada Boa Vista, deu início ao povoamento da área.

No final do século XIX e princípio do século XX, a área restrita ao rio Branco passava por uma fase de estagnação no avanço da frente de ocupação humana e do crescimento econômico causado pelo precário sistema de transporte, realizado apenas por via fluvial. Ainda assim, com a finalidade de ocupar suas imensas áreas desocupadas, as áreas circunvizinhas a Boa Vista do Rio Branco passaram a receber, neste período, os antigos trabalhadores dos seringais e camponeses descapitalizados.

Em 1858, o Governo Imperial cria a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, pertencente ao Estado do Amazonas, que passou à categoria de município de Boa Vista do Rio Branco em 09 de julho de 1890. Em 1926, Boa Vista do Rio Branco é elevada à condição de cidade e, em 1938, passou a ser denominada apenas como Boa Vista.

Em 1924, segundo Rice (Barros, 1995, 150), a cidade concentrava-se nas margens do rio Branco, sendo formada basicamente por três ruas, nas quais se encontravam as residências e o comércio, os edifícios públicos, o templo

católico. Também, segundo alguns moradores da cidade, havia alguns poucos serviços necessários à população.

De acordo com Barros (1995, 150), a localização desse núcleo urbano primitivo derivou da estreita dependência do povoamento pecuário à navegação pelo rio Branco.

A cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, possui uma localização geográfica pós-floresta amazônica (com relação ao restante do Brasil), ilhada por rios, matas e fronteiras internacionais, proporcionando individualidades que devem ser consideradas.

A cidade localiza-se às margens do rio Branco, principal afluente da margem esquerda do rio Negro, com uma população de 154.116 habitantes, abrigando 62,24% da população do estado, segundo dados do IBGE, 1996. O seu aumento populacional deu-se em um curto período de tempo, considerando que em 1970 a cidade possuía apenas 16.727 pessoas, passando para 43.016 habitantes em 1980 e 118.926 habitantes em 1991. Observa-se que em apenas trinta e um anos a população se multiplicou. Isso aconteceu em decorrência do processo migratório, e não devido às taxas de crescimento natural. Dos municípios que compõem o Estado, Boa Vista é o mais povoado, mostrando o elevado nível de concentração populacional no estado, que aglutina em seu espaço serviços, comércio e indústrias não disponíveis nos demais centros urbanos roraimenses. Através desses aspectos, a cidade passou a ser o maior receptor de migrantes motivados pela oportunidade de trabalho.

Segundo Barros (1995, 148), Boa Vista por seu turno, em comparação com outras cidades brasileiras capitais, apresenta dimensões modestas. Contudo sua função como ex-capital do Território Federal (em situação de foreword city) e atual capital do Estado de Roraima, confere-lhe uma elevada importância como centro das funções administrativas para toda uma ampla hinterlândia que é a fronteira mais setentrional do Brasil, e que depende dela quase exclusivamente.

Essa forte corrente migratória, que se instalou em Boa Vista nos últimos anos, vem provocando um aumento no desemprego, como também o surgimento de subempregos. É que a cidade não oferece condições para atender às necessidades do mercado de trabalho, pois, a oferta de emprego é pequena para absorver a demanda dessa população. O setor público é o maior agente empregador do Estado e não tem condições de absorver todo o contingente de mão-de-obra ofertada.

A cidade, devido ao fluxo migratório, vem tendo um crescimento urbano acelerado e desordenado, ocasionando o surgimento de aglomerados em forma de bairros sem a mínima infra-estrutura básica. No espaço urbano de Boa Vista encontram-se alguns tipos de moradias denominadas "estâncias" (tipo de condomínio), onde parte da população recém-chegada permanece. As estâncias são construções ao estilo de quitinetes, com preço acessível para pessoas de baixo poder aquisitivo. A população que se encontra fora do mercado de trabalho, recorre às atividades alternativas como a economia informal.

Há cinquenta e um anos atrás, no ano de 1946 iniciou-se o processo de ordenação urbana de Boa Vista, assemelhando-se, segundo Campos Filho (1992, 91 in: Barros, 1995, 151), ao modelo de cidade-jardim de Howard, de 1900, em sua concepção mais geral, e seccionado o plano ao meio. Da ampla praça circular partem as radiais para o norte, oeste e sul; são ruas e avenidas largas, e, em algumas, nota-se a existência de canteiros centrais.

Segundo moradores, questionados com relação à expansão da cidade, principalmente para o oeste, esses lembram que ela permaneceu até a década de 80 restrita, em parte, ao traçado organizado a partir de 1946. Além disso, lembram-se do surgimento do bairro Mecejana e, depois, de sua expansão até a avenida Venezuela. Devido a alguns aspectos, tais como a atividade garimpeira e o deslocamento de grupos indígenas para a cidade, o espaço urbano expandiu-se além da avenida Venezuela, provocando o aparecimento de outros bairros, tais como: Bunitis, Aça Branca, Pricumã, Cambará, como também o bairro 13 de setembro na zona Sul, entre outros. Esses bairros

passaram a não obedecer ao traçado circular, surgindo assim espaços secundários na cidade.

O deslocamento dos índios é bastante discutido entre as organizações indígenas, através de seus líderes que questionam o descaso dos governantes. Eles destacam o fato de o migrante sofrer desigualdade no processo de adaptação em seu novo "habitat", pois, são tratados pelos "brancos" de forma preconceituosa, não tendo seus valores culturais e morais respeitados.

Esse grupo de migrantes, ao chegar à cidade, geralmente fixam moradia nos bairros periféricos, conduzidos pela situação econômica em que vivem. Na década de 80 era visível a predominância de índios residindo nos bairros 13 de Setembro, São Vicente e Asa Branca.

A cidade de Boa Vista, pouco conhecida pela maioria dos brasileiros, possui muitos admiradores, entre esses destacam-se os que falam que Oscar Niemeyer sonhou com Boa Vista e suas largas avenidas pouco antes de projetar Brasília. Segundo relatos: "Se a vida imita a arte ou não, não há como negar que existem pontos comuns entre as duas cidades".

A cidade tenta moldar-se ao crescimento muito acelerado que desorganiza o seu traçado e lança-lhes desafios para um futuro bem próximo. A infra-estrutura existente tenta acompanhar a demanda da população residente. Há um fluxo permanente de entrada e saída de pessoas na cidade, condicionando um comportamento diferenciado de uma população permanente e flutuante, antiga e recente, que ocupa uma pequena cidade, levando-se em consideração os grandes centros urbanos brasileiros, mas com estilo, comportamento e necessidades as mais variadas possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 1984.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Roraima Paisagens e tempo na Amazônia Setentrional. Recife: Editora Universitária, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana in Revista Brasileira de Geografia/ fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ano 1, n. 1 (1939, jan. / mar.) - Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

MIRANDA NETO, Manoel José de. O Enigma Amazônia; desafio ao futuro. Belém: CEJUP, 1991.